



VI-034 - SUSTENTABILIDADE PARA OS JANGADEIROS DO PONTAL DE MARACAÍPE NO PERÍODO DA BAIXA ESTAÇÃO

Hélio Oliveira Rodrigues

Licenciado em Matemática pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Especialista em Ensino de Matemática pelas Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão (FAINTVISA). Mestre Profissional em Meio Ambiente pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP). Doutorando pela Universidad UDELMAR (Chile). Professor da Secretaria de Educação de Pernambuco e Professor da graduação e Pós-graduação das Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão.

Endereço: Rua – Marquês de Baependy, 176 Campo Grande – Recife – PE – CEP 52040-080 – Brasil – Tel: (81) 32432779. e-mail: helioosr@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, identificar e analisar alguns princípios básicos inseridos na Constituição Federal sobre licenciamento ao meio ambiente levando em consideração o princípio da poluição e não preservação como crime ambiental; a partir das normas implantadas pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), adotadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como estruturas da Política Nacional do Meio Ambiente, bem como buscar alternativas de sobrevivência para os jangadeiros do Pontal de Maracaípe, no município de Ipojuca-PE, analisando, identificando e justificando, qual órgão do SISNAMA deve garantir e licenciar algumas atividades, levando em consideração a localização geográfica, edificando também, as principais fontes de informação da Legislação Ambiental da União, do Estado e dos Municípios em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVES: Preservação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, umas das grandes preocupações a nível internacional, são os problemas referentes ao meio ambiente, bem como o respeito e cumprimento aos princípios do Direito Ambiental. Tais preocupações envolvem também os conflitos resultantes das relações sociais em função do ambiente natural, da natureza do predador e das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Os princípios do Direito Ambiental são tidos como normas hierarquicamente superiores as demais normas que regem a ciência e alguns princípios básicos baseiam-se nos artigos das leis do meio ambiente e principalmente no art. 225 da Constituição Federal garantindo a todos o direito ao meio ecologicamente saudável e equilibrado, por ser este, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações.

Assim, este trabalho tem como objetivo sugerir a partir de fatos fundamentados nas Leis, alternativas de renda na época da baixa estação para os jangadeiros do Pontal de Maracaípe - PE, localizado no município de Ipojuca, não só pela diversidade dos seus manguezais, mas também, por esta região ser um grande berçário de reprodução de cavalos-marinhos do Brasil e está sendo utilizada através do turismo, como principal fonte de renda para os já citados habitantes da região.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desde 1994 o projeto Hippocampus estuda a vida dos cavalos-marinhos brasileiros, mas, segundo a UICN (União Internacional para Conservação da Natureza), a partir de 1995, o LABAQUAC (Laboratório de Aqüicultura Marinha), dedica-se aos estudos da vida dessas espécies e principalmente ao seu desenvolvimento em laboratório e em março de 2001, com estudos em ambientes naturais. Os cavalos - marinhos são considerados peixes ósseos e existem em todos os oceanos, acredita-se, que existam mais de 32 espécies e essas espécies estão ameaçadas de extinção. Hoje no Brasil sabe-se que existem apenas duas espécies de cavalos - marinhos: *Hippocampus reidi* e *Hippocampus erectus*, que habitam regiões estuarinas, especialmente manguezais e as regiões litorâneas. Essas duas espécies encontram - se em toda costa do Brasil,

inclusive em regiões onde não existem manguezais em que as temperaturas de inverno são muito baixas para sobrevivência de um peixe tropical. A *Hippocampus reidi*, (figura 1) é a espécie mais estuarina, enquanto que *Hippocampus erectus*, (figura 2) é mais litorânea. Ambas apresentam comportamento monogâmico em cativeiro e os casais formados permanecem juntos até o desaparecimento de um deles.

Figura 1 *Hippocampus reidi*



Fonte - Projeto Hippocampus

Figura 2 *Hippocampus erectus*



Fonte - Projeto Hippocampus

Dentro da família *Syngnathidae* ocorre uma peculiaridade, ou seja, os machos é que ficam grávidos e para que isto aconteça, a fêmea possui uma estrutura chamada ovopositor, que no momento da cópula é introduzida no orifício da bolsa incubadora, através da qual transfere todos os seus ovos, conhecidos como ovócitos



hidratados, para dentro da bolsa incubadora do macho. Após essa incubação, o macho libera seu esperma dentro da bolsa, onde ocorre uma fecundação interna, iniciando a gravidez. O termo gravidez aqui empregado é justificado pela íntima relação entre os embriões e o corpo paterno, que apresenta a bolsa incubadora na região ventral da cauda.

Os cavalos-marinhos desenvolveram a mais perfeita adaptação anatômica, utilizando a bolsa incubadora ou falso marsúpio, para a incubação dos ovos e embriões. Essa bolsa tem como objetivo proteger os embriões do choque osmótico em relação à água do mar, sendo responsável pela transferência de cálcio, para formação do esqueleto do embrião e de fatores de crescimento, como hormônios e vitaminas.

O alimento para o desenvolvimento do embrião é retirado do saco vitelínico que cada indivíduo (embrião) possui junto à sua região abdominal, decorrendo de toda espécie ovovivípara, quando o saco vitelínico é completamente reabsorvido, o peixinho está pronto para nascer. Assim toda a fase larvas se passa dentro da bolsa incubadora do macho, e, quando o saco vitelínico é completamente reabsorvido, nascem os alevinos perfeitamente formados.

Apesar de todo esse processo de reprodução na formação e manutenção de uma bolsa incubadora, após o nascimento, não existe cuidado parental com a prole. Os recém-nascidos, cavalos-marinhos possuem em média 7 milímetros de comprimento nada muito bem e é perfeitamente apto para caçar suas presas (zooplâncton). O tamanho médio máximo alcançado pelo *Hippocampus reidi*, espécie brasileira de maior porte é de 180 milímetros 18 (dezoito) centímetros.

A idade do animal é estimada através do tamanho do focinho. Os cavalos-marinhos possuem hábito alimentar carnívoro em todas as fases da vida e uma dieta favorita é composta por camarões, outros crustáceos em geral e alevinos ou larvas de outros peixes, quando vivos.

Em águas tropicais, os cavalos-marinhos reproduzem durante todo o ano. Em cada gestação, o macho desenvolve uma prole de 500 indivíduos, em média. Porém, a taxa de sobrevivência natural, extremamente baixa, situa-se em torno de 3%. Devido ao pequeno tamanho no nascimento, os cavalos marinhos são presas fáceis para todos os animais carnívoros que habitam os manguezais. Os juvenis e adultos sofrem predação por parte dos caranguejos, outros peixes e tartarugas-marinhas e do próprio homem.

A pesca para o comércio interno ou exportação, associada à degradação ambiental, tem colocado os cavalos-marinhos sob ameaça de extinção. São comercializados vivos como peixes ornamentais, ou mortos e secos, como matéria prima para a confecção de fármacos industrializados ou “remédios caseiros”. A Tradicional Medicina Chinesa acredita que os remédios a base de cavalos-marinhos curam impotência sexual, asma, problemas de coração, pressão, rins, entre outros. Evidentemente, sem a menor comprovação científica.

A Degradação Ambiental segundo Drumond (2001) ocorre por o bem material não ter dono, tendendo sempre a ter um número infinito de consumidores voraz, irracional e destrutivo e este fato tem comprometido os ambientes de mangues e estuários que em geral, tem comprometido bastante as populações de cavalos marinhos, que naturalmente, já ocorrem em baixa densidade. Os cavalos-marinhos são peixes relativamente frágeis e não suportam fortes variações químico-físicas no ambiente. São, assim, ótimos indicadores de qualidade ambiental. A presença ou a ausência dos mesmos indica claramente se o ambiente mantém ou não uma boa qualidade ambiental.

Segundo Leprestre (2001), o processo de desenvolvimento do meio ambiente deve visar equilíbrio ecológico, crescimento econômico e equidade social e as soluções propostas, para isso, segundo alguns autores é necessário para esse desenvolvimento de um conjunto de ações que obedeça a uma hierarquia das prioridades nacionais envolvendo, desenvolvimento regional, saúde pública, crescimento econômico, emprego e oportunidades e qualidade do meio ambiente. Neste trabalho serão desenvolvidos 5 (cinco) momentos, que servirão de escopo para se atingir o principal objetivo, explorando além da Legislação Ambiental, outras literaturas que servirão de aporte teórico e posteriormente serão apontados alguns indicadores como foco do trabalho que deverão, acredita-se, ser inseridos neste projeto, para se atingir o objetivo desejado.

METODOLOGIA

Na tentativa de contemplar os cinco momentos, será feita aqui a descrição de cada um deles de forma sintética. No primeiro momento, serão analisados alguns princípios básicos inseridos no art. 225 da Constituição Federal, do que está previsto e o que deve ser cumprido. No segundo momento, será feita uma discussão tomando como ponto de partida o conceito de poluição, previsto no art. 3º da Lei Federal 6938/81, levando também em conta o princípio do poluído/pagador, bem como a tipificação do crime ambiental. No terceiro momento, a partir das estruturas da Política Nacional do Meio Ambiente, Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, será feita uma análise da atual conjuntura da representatividade da comunidade envolvida. No quarto momento, levando em consideração a



Resolução 237/97 da Constituição Federal, se buscará identificar e justificar qual órgão do SISNAMA tem o poder de assegurar as alternativas necessárias, inclusive, conforme a localização geográfica, do Pontal de Maracaípe, para que seja atingido o objetivo desse projeto e no quinto momento, a partir da identificação e localização das principais fontes da Legislação Ambiental da União, do Estado e Municípios, será feito um comentário quanto à dinâmica e atualização de documentos, bem como o reflexo desses fatores sobre a sociedade, sugerindo as alternativas necessárias para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, através de uma fonte alternativa de renda no período da baixa estação no Pontal de Maracaípe.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

1º Momento

O princípio da Supremacia do Interesse Público enfoca a proteção ambiental, como sendo um direito de todos, ao mesmo tempo em que é obrigação de todos. A natureza política de um bem leva sua proteção a obedecer ao princípio da prevalência e do interesse da coletividade, e isso, mostra o interesse público sobre o privado na questão ambiental.

O princípio da Indisponibilidade do Interesse público estabelece que, por ser o meio ambiente um direito de todos e ser um bem de uso comum público é considerado um bem de caráter indisponível, por não pertencer a ninguém.

O Princípio da Prevenção ou Precaução baseia-se no fundamento da dificuldade e/ou impossibilidade de reparação do dano ambiental, onde o art. 225 § IV da Constituição Federal o EIA/RIMA, através do princípio 15, Rio 92, dizendo. De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da preocupação deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas necessidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para proteger medidas eficazes e economicamente viáveis para proteger a degradação ambiental.

O princípio Obrigatoriedade da Avaliação Prévia em Obras Potencialmente Danosas ao Meio Ambiente, fala sobre a obrigatoriedade da avaliação prévia dos danos ambientais em obras potencialmente danosas, ou seja, pública que está disciplinada pelo art.225 da Constituição Federal, que obriga o EIA/RIMA.

O Princípio da Responsabilidade do Dano Ambiental aparece em vários dispositivos, começando pelo § 3º do art. 225 da Constituição Federal que diz: “as condutas ou atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados, art. 4º VII, da lei 6938/81, obrigando o poluidor e ao predador a recompor e/ou indenizar os danos causados (poluidor/pagador).”

O Princípio do Poluidor /Pagador, ficou bem definido na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, onde o princípio 16, art. 4º Lei 6938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 9433/97 (Lei das Águas) e no art. 225 § 3º da Constituição Federal.

O Princípio da Compensação, não está previsto na Legislação Ambiental, mas existe em virtude da necessidade de se encontrar subsídios para reparação do dano ambiental, principalmente quando o dano for irreversível.

O Princípio da Responsabilidade afirma que todo aquele que praticar um crime ambiental, estar sujeito a responder por ele podendo inclusive sofrer penas tanto na área administrativa, como na penal e civil, segundo art. 9605/98, que trata de crimes ambientais e a Lei 6938/81, art.14 que trata da responsabilidade objetiva do degradador.

O princípio do Desenvolvimento Sustentável está bem definido na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que tem o princípio 3 definindo o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21).

O Princípio da Educação Ambiental, conforme o art.225, §1º da Constituição Federal, prevê o princípio da educação ambiental, quando enfatiza que pertença ao poder público promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino. (Agenda 21).

O Princípio da Cooperação Internacional enfatiza que como a poluição pode atingir a mais de um país, além da questão ambiental, tornou-se uma questão planetária, assim, como a proteção do meio ambiente, havendo o princípio de cooperação entre as nações, ou seja, princípio de cooperação internacional.

Os princípios ambientais acima citados fazem parte do art. 225 da Constituição Federal, onde para assegurar a efetividade desse direito incube-se ao Poder Público, porém, sabemos que existe uma grande preocupação das autoridades, em fazer cumprir a lei, mas além de existir uma defasagem de contingente de pessoal, ainda são grandes as dificuldades, por existirem espaços ambientais sem controle, o que torna quase impossível manter a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.



2º Momento

Um dos grandes problemas enfrentados pela sociedade brasileira como um todo em relação ao meio ambiente, diz respeito à poluição. O art. 3º da Lei Federal 6938/81, para fins de direito entende como meio ambiente, o conjunto de agentes físicos, químicos, biológicos e de fatores sociais, que influencia de forma direta ou indireta, a curto ou longo prazo, todos os seres vivos inclusive o homem e sofrem impactos incomensuráveis, resultante de atividades que alteram as características do meio ambiente que diretamente ou não:

- I – Prejudicam à saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II – Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- III – Afetem desfavoravelmente a biota;
- IV – Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- V – Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais.

O poluidor, ou seja, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado é responsável de forma direta ou indireta, por toda e qualquer atividade causadora de degradação ambiental.

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, nº 6938/81, considerada o mais amplo estatuto brasileiro para questões ambientais, deu origem a pelo menos dois importantes procedimentos, os quais criaram custos para poluir. O primeiro, deu fundamentação para se criar o Sistema de Licenciamento para atividades poluidoras (SLAP) e o segundo, colocou restrições públicas explícitas às atividades produtivas de mercado, ou seja, estudos prévios de impactos ambientais, regulamentados pela Resolução 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. A partir daí, toda atividade poluidora do meio ambiente, para ser liberada teria que receber 3 (três) licenças, ou seja, licença prévia, de instalação e de operação, podendo inclusive todas serem revogáveis. Essas licenças fizeram com que o empreendedor fornecesse dados importantes à autoridade pública, sobre combustíveis, tecnologia, processos produtivos, matéria prima e resíduos. Desta forma pode-se exigir dele maiores controles, principalmente no que diz respeito às externalidades.

Com esse sistema de controle governamental, terminou a época da externalização gratuita sobre o meio ambiente, pois, as empresas têm que pagar pelos danos causados ao meio ambiente, onde além dos custos sofrerão monitoramento, restrições e multa por poluir (poluidor/pagador). Esses procedimentos apenas servem para especificar os custos para certos tipos de empreendimentos nas suas fases de planejamento e instalação, onde seu licenciamento está sujeito a aprovação dos órgãos de qualidade ambiental, de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA).

3º Momento

O art. 6º da Lei 6938/81, prevê que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) seja constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, assim, o SISNAMA é estruturado da seguinte forma:

I – Órgão Superior, constituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a função de dá assistência ao Presidente da República, na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente;

II – Órgão Central à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, a qual é responsável em promover, disciplinar e avaliar as implementações da Política Nacional do Meio Ambiente;

III – Órgãos Setoriais, formados por entidades integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, bem como, as Fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam, total ou parcialmente associadas a preservação da qualidade ambiental ou ao disciplinamento do uso de recursos naturais;

IV – Órgãos Setoriais, ou seja, aqueles formados por entidades responsáveis pela execução de fiscalização das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental;

V – Órgãos Locais, ou seja, aquelas entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades nas ruas em representativas áreas de jurisdição.

Destacam-se ainda neste contexto, 4 (quatro) parágrafos assim distribuídos em suas competências:

§1º - Os Estados nas áreas de suas jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares, além dos padrões relacionados com o meio ambiente, observados pelo CONAMA;

§ 2º - Os municípios observando as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior;



§ 3º - Os órgãos centrais, setoriais, e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas, bem como, sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada;

§ 4º - De acordo com a legislação em vigor é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de Apoio Técnico e Científico às atividades da SEMA. O conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) foi criado a partir do art. 7º da Lei 6938/81 e tem sua composição, organização, competência e funcionamento estabelecidos e regulamentados pelo Poder Executivo, onde seus integrantes são constituídos por:

I - Representante dos Governos dos Estados;

II - Presidente das Confederações Nacionais das Indústrias, Agricultura, Comércio,
Representantes dos trabalhadores da agricultura, da indústria e do comércio;

III - Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza;

IV – Dois representantes de Associações legalmente constituídas para a defesa dos recursos naturais e de combate à poluição, a serem nomeados pelo Presidente da República.

As competências do CONAMA, são definidas a partir do art. 8º da Lei Federal 6938/81 que visa:

I – Estabelecer através da proposta da SEMA normas e critérios para licenciamento de atividades poluidoras concedido pelos Estados e supervisionada pela SEMA;

II – Determinar, quando julgar necessário a realização dos estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos Públicos ou Privados;

III – Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso;

IV – Homologar, acordos visando transformar penalidades pecuniárias em obrigação de executar medidas de interesse para proteção ambiental;

V – Determinar, mediante representação da SEMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

VI – Estabelecer previamente, as normas e padrões nacionais de controle da poluição;

VII – Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção de qualidade do meio ambiente visando o uso dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

4º Momento

A Lei 6938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente, deu origem a dois procedimentos que representam custos por poluir. O primeiro foi o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras e o segundo foi o EIA/RIMA - Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Isso segundo a resolução CONAMA 237 de 19 de novembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei 6938/81, regulamentadas pelo decreto nº 99274 de 06 de julho de 1990, considerando a necessidade de revisão de procedimentos e critérios utilizados para licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente, considerando as diretrizes estabelecidas na resolução CONAMA 011/94, que determina a necessidade de revisão no sistema de licenciamento ambiental, para efeito desta resolução indica como órgão licenciador das atividades abaixo, considerando a localização geográfica os seguintes órgãos:

a) Para uma termoeletrônica de gás natural, com capacidade instalada de 500MW, situada em uma cidade limítrofe com a Venezuela, acreditamos que como órgão licenciador o IBAMA possa conceder, por conta do limite existente entre os dois países;

b) Para uma hidrelétrica a ser instalada no Rio São Francisco em Pernambuco, apenas para atender no próprio estado aos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Cabrobó, acreditamos que por ser um empreendimento envolvendo três municípios, a concessão deverá ser dada pelo órgão estadual, com parecer favorável dos municípios;.



- c) Para uma unidade de incineração de resíduos perigosos, situada na região central do Estado de São Paulo, acreditamos que por se tratar de incineração de resíduos perigosos, compete o licenciamento ser dado pelo Governo Federal, com parecer Estadual e Municipal;
- d) Para uma unidade de incineração de resíduos hospitalares situada na fronteira dos estados de Tocantins e Goiás, acreditamos por se tratar de um empreendimento que envolverá dois estados, a liberação deverá ser dada pelo IBAMA, após parecer dos Estados e Municípios envolvidos;
- e) Para uma estação de tratamento de esgoto localizada no Distrito Federal, acreditamos que a liberação deverá ser dada pelo órgão ambiental do Distrito Federal.
- f) Para uma nova usina nuclear a ser construída em Angra dos Reis – Rio de Janeiro, acreditam-se que mesmo já existindo usinas em Angra dos Reis, hoje, a concessão deverá ser dada pelo IBAMA, com pareceres do CNEN, do Estado e Município;
- g) Para um distrito industrial no município de Escada – PE, acredito que a concessão poderá ser dada pelo Estado, com parecer do Município.

5º Momento

A legislação ambiental da União diz que a Lei 6938/81 de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação no Brasil pode ser observado a partir de sua composição através de 32 leis, 7 decretos e uma medida provisória, fundamentados nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 225 da Constituição Federal, que constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, que institui o cadastro de defesa ambiental. O SISNAMA é constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, abrangendo ainda Fundações instituídas pelo Poder Público e tem a responsabilidade de proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.

Sua estruturação é composta pelos órgãos: Superior, Consultivo e Deliberativo, Central, Executor, Seccionais e Locais estando ligado de forma direta ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente.

O Sistema Estadual do Meio Ambiente é um órgão vinculado ao CONAMA que por sua vez estabelece a partir de propostas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, normas para licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

Os Municípios a partir das observações das normas estabelecidas pelo CONAMA e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente poderão também elaborar suas normas.

Assim sendo, observa-se que os Estados conforme o § 1º do art. 6º da Lei 6938/81, poderão elaborar normas supletivas, sendo observadas pelo CONAMA, enquanto que os Municípios,, também poderão elaborar suas normas supletiva, mas, tomando como diretrizes os padrões Federal e Estadual.

Portanto, numa visão mais ampla pode ser observado, que apesar da independência dos Estados e Municípios, existem indicações de diretrizes que devem ser cumpridas, ou seja, aquelas estabelecidas pelo órgão Federal. Quanto à dinâmica de registros e atualização desses órgãos, segundo alguns os estudos realizados, não correspondem às realidades dos fatos, pois, não existe um sistema de catalogação que facilite uma análise detalhada de determinados registros e isso, dificulta de certa forma o fornecimento de dados , principalmente quando solicitados por pessoas interessadas.

Foco do Trabalho

Nos dias atuais, o Projeto Hippocampus luta pela criação por uma Unidade de Conservação do Estuário do Pontal de Maracaípe, onde desde o seu início já foram recém-nascidos mais de 35.000 (trinta e cinco mil) cavalos-marinhos e essa perseguição é de fundamental importância, pois o seu sucesso depende da continuação de um trabalho de Educação Ambiental, já implantado pelo referido projeto, através de uma parceria com os jangadeiros do Pontal de Maracaípe visando a preservação da região estuarina e conseqüentemente do meio ambiente. Portanto, acredita-se ser de fundamental importância a criação das seguintes alternativas no período da baixa estação, como forma de sustento:

Planejamento do Projeto

Descrição Sumária dos Indicadores

- . Reflorestar a vegetação destruída;
- . Aumentar a quantidade de cavalos marinhos;
- . Elaborar um plano de desenvolvimento turístico para baixa temporada;
- . Apoiar e incentivar o Desenvolvimento Sustentável;



Indicadores

- . Aumento da participação da comunidade;
- . Aumento do número de cavalos marinhos ao longo dos anos;
- . Aumento da vegetação nativa ao longo de 2 (dois) anos.

Fontes de Verificação

- . Relatório mensal;
- . Censo fitossociológico;
- . Levantamento básico da área de manguezais;
- . Reflorestamento e Acompanhamento das espécies de manguezais e de cavalos marinhos ao longo dos 2 (dois) anos.

Pressupostos

Vontade política do governo em manter a prioridade do projeto e buscar parcerias para garantir a sua sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na atual conjuntura da Política Nacional do meio Ambiente, o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é composto pelos órgãos Superior, Central Executor, Seccionais e Locais, que junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao conselho de governo diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e para os recursos naturais. Assim, com o cumprimento e desenvolvimento deste projeto que será apresentado na 2ª etapa dessa disciplina, espera-se num breve espaço de tempo, ou seja, 2 (dois) anos, numa ação conjunta envolvendo a comunidade, Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ipojuca, entre outras parcerias que serão apresentadas na conclusão desse projeto que ocorra a redução dos impactos ambientais do Pontal de Maracáipe, para que seja recebido público, onde através de um programa de fiscalização e proteção ambiental, com o programa de pesquisa implantado, possa se ter uma melhor caracterização dos aspectos físicos, químicos, biológicos e antrópicos da região, onde sobre as normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, possa se chegar a uma melhor qualidade de vida saudável, pois, a obrigação de proteger um bem público é de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente; as estratégias de mudanças da Agenda 21. 6ª ed. Petrópolis; Ed. Vozes, 1997. Rio de Janeiro – Brasil.
2. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Brasília (DF); Senado Federal – 1988.
3. DRUMOND, Conceitos básicos para a análise de situações de conflitos em torno de recursos naturais. In: BURSZTYN, Ed. Gramond, 2001 – Rio de Janeiro – Brasil.
4. GUERRA, Antônio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista, Ed. BB Bertrand Brasil, 2001 – Rio de Janeiro – Brasil.
5. JR, Arlindo Philippi; ROMÉRO, Marcelo de Andrade e Bruna, Gilda Collet. Curso de Gestão Ambiental. 1ª ed. 2006. Ed. Manoele Ltda. Barueri – São Paulo – Brasil.
6. LE PRESTRE, Philippe. Ecopolítica Internacional, tradução Jacob Gorender. Ed. Senac. 2000 – São Paulo – Brasil.
7. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – Resolução N° 357, de 17 de março de 2008; NORMA TÉCNICA – CPRH N° 2007.
8. www.Planetaterravista.pt/guincho/3988/fundamentação-conheci-cientifico.htm - Site Acessado em 09/06/2008.
9. www.institutoaqualung.com.br/info_hippocampus_52.html - Site acessado em 09/06/2008.